

Memória e Ditadura Militar no Brasil: a produção científica do tema na Ciência da Informação

Memory and Military Dictatorship in Brazil:
the scientific production of the theme in Information Science

Elaine Monteiro Seidler de Moura

Especialista em Gestão Empresarial pela
Faculdade Municipal de Palhoça (FMP).
smonteiro.nani@gmail.com

Cezar Karpinski

Doutor em História pela Universidade Federal de Santa
Catarina (UFSC). Professor associado do Departamento
de Ciência da Informação e do Programa de Pós-
Graduação em Ciência da Informação da Universidade
Federal de Santa Catarina (UFSC). cezark@hotmail.com

RESUMO

A partir de pesquisa bibliográfica e descritiva realizada na base de dados BRAPCI, neste artigo buscou-se verificar a incidência da produção científica sobre a temática da memória relacionada à Ditadura Militar brasileira, objetivando-se verificar como, e se, o tema é representado pela área da Ciência da Informação, no período compreendido entre 2009 e 2019. Especificamente, teve-se como objetivos: a) apresentar brevemente o conceito de memória e sua relação com a História e a Ciência da Informação; b) discorrer sobre o direito à memória e à verdade no escopo da Ditadura Militar brasileira; c) pesquisar em base de dados específica da Ciência da Informação quantos artigos foram publicados no Brasil nos últimos dez anos e verificar, por meio de palavras-chave no título e resumo, quantos artigos relacionam a temática com memória. Como resultado, a pesquisa retornou um *corpus* de oito artigos que relacionam os termos “memória” e “Ditadura Militar”, demonstrando uma escassez nas publicações e, do mesmo modo, uma potencialidade para pesquisas sobre o tema na CI.

Palavras-chave: Memória. Ditadura Militar no Brasil. Produção científica. Ciência da Informação.

ABSTRACT

From a quantitative and descriptive bibliographical research carried out in the Brapci database, this article sought to verify the incidence of scientific production on the memory theme related to the Brazilian Military Dictatorship, aiming to verify how, and if, the theme is represented by the area of Information Science, in the period between 2009 and 2019. Specifically, the objectives were: a) to briefly present the concept of memory and its relation with History and Information Science; b) to discuss the right to memory and truth within the scope of the Brazilian Military Dictatorship; c) research in a specific database of Information Science how many articles have been published in Brazil in the last ten years; d) verify, through keywords in the title and abstract, how many articles relate the theme with memory. As a result, the research returned a corpus of eight articles that relate the terms "memory" and "Military Dictatorship", demonstrating a shortage in the publications and, likewise, a low concern of the CI researchers with the theme.

Keyword: Memory. Military Dictatorship in Brazil. Scientific production. Information Science.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A memória pode ser entendida, segundo Ricouer (2007), como um fenômeno presente, a partir de ações passadas que são compartilhadas por sujeitos do conhecimento individual ou coletivamente. Desse modo, por meio da memória, da lembrança de fatos passados ocorridos na sociedade, é que se pode questionar fatos presentes e refletir sobre fatos futuros. “Quem controla o passado, controla o futuro” (ORWELL, 1979, p. 25). E para que se pondere sobre o futuro, a memória tem de estar viva, tem de ser garantida como direito.

No período que compreende a Ditadura Militar brasileira (1964-1985), muitos direitos foram negados, e quem se opôs a isso sofreu graves consequências. Muitas vidas foram tiradas, muitas informações foram manipuladas, muitas vozes foram silenciadas; então, como resultado disso, houve o esquecimento (PRADO, 2003; SOARES; D’ARAÚJO, 1994; VALLE, 2014). Diante disso, como garantir a memória dos acontecimentos históricos – bons ou ruins – como mantenedora e provedora de informações?

Embora a Ditadura Militar não seja mais tratada como tabu, ainda há muito a ser questionado, a ser revelado, a ser informado. Porém, deve-se avaliar, e reavaliar, a “memória” disponibilizada até então.

Nesse sentido, com o intuito de se verificar a produção científica sobre o tema, visando posteriores análises qualitativas desta, entende-se como pertinente um levantamento bibliográfico em base de dados da Ciência da Informação. Essa proposta vincula-se à temática “Informação e memória” e é resultado de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Biblioteconomia. De modo geral, a pesquisa foi desenvolvida com o propósito de verificar se o tema “memória e Ditadura Militar” possui uma representação tão considerável quanto a sua relevância na produção bibliográfica da área no Brasil.

Entendendo-se a informação como a garantia de sobrevivência histórica, pode-se inferir a memória como a sua mantenedora. Embora exista uma tentativa de remontar os acontecimentos vividos no período ditatorial, muito se perdeu devido ao silêncio provocado pelo medo, e, com isso, houve o esquecimento, muitas vezes intencional. A partir dessa reflexão, o que se pretende verificar é a incidência da temática “Ditadura Militar” e “memória” na área da Ciência da Informação (CI) no Brasil.

Para isso, objetiva-se, por meio de pesquisas em base de dados específica da área de Ciência da Informação, verificar a ocorrência de artigos produzidos no Brasil sobre o

tema no período compreendido entre 2009 e 2019. Esse recorte temporal foi estabelecido por dois motivos: o primeiro porque atende ao escopo de uma pesquisa de TCC; e o segundo porque pode fornecer subsídios para uma reflexão sobre o impacto da criação da Comissão da Verdade e da Justiça (CNV)¹.

Especificamente se objetiva: a) apresentar brevemente o conceito de memória e sua relação com a História e a Ciência da Informação; b) discorrer sobre o direito à memória e à verdade no escopo da Ditadura Militar brasileira; c) pesquisar em base de dados específica da Ciência da Informação quantos artigos foram publicados no Brasil nos últimos dez anos e verificar, por meio de análise das palavras-chave, do título e do resumo, quantos artigos relacionam a temática com o conceito de memória.

Esta pesquisa se justifica pelo fato de que lembrar fatos históricos é uma maneira de mantê-los vivos, garantindo que sirvam como exemplos para o futuro. Do mesmo modo, esquecer-los é tolher o direito à verdade, à realidade e à história. Além disso, a pesquisa pode incentivar discussões acerca da importância da temática para a área da Ciência da Informação.

Após anos de ocultamento dos fatos vividos naquele período, muitas verdades têm vindo à tona na tentativa de revelar a realidade. No entanto, o que deve ser considerado como pertinente? Como se apoderar e organizar a documentação relevante do período ditatorial para que esta possa servir como aporte de conhecimento?

Tendo tais questionamentos como premissas, este artigo pretende contribuir com discussões acerca do tema proposto, identificando a quantidade de produção científica no contexto da Ciência da Informação brasileira. Embora acredite-se que o tema seja amplamente divulgado em outros campos de conhecimento, como na História e Sociologia, por exemplo, o que se verifica é a pouca recuperação de artigos que tratem sobre o assunto em base específica de CI.

Tratando-se, então, a memória como informação e sabendo-se que esta é fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade, há que se questionar se o profissional da informação – bibliotecário, arquivista, museólogo, cientista da informação – está ciente da sua responsabilidade não só como organizador ou curador de memórias,

¹ “A Comissão Nacional da Verdade foi criada pela Lei nº 12528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012. A CNV tem por finalidade apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. Em dezembro de 2013, o mandato da CNV foi prorrogado até dezembro de 2014 pela medida provisória nº 632.” (BRASIL, 2014).

mas também como produtor destas. Nesse contexto, além de averiguar o quantitativo das discussões existentes, pretende-se também fomentá-las.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Buscando retomar as pesquisas já realizadas, como a de Wainberg (2010) acerca da Ditadura Militar, e relacionando-a com a temática “memória”, este artigo propõe-se a apresentar a produção científica indexada em base de dados da CI compreendida entre 2009 e 2019. Nesse aspecto, trata-se de pesquisa de caráter bibliográfico, descritivo e quantitativo.

Já os dados levantados para o referencial teórico e que visam cumprir com os objetivos específicos “a” e “b” partiram de análise qualitativa, descritiva e interdisciplinar. Isto porque a discussão sobre memória no campo da Ciência da Informação é polissêmica e advém de um diálogo com a Filosofia e a História, principalmente. Mesmo assim, pode-se dizer que a técnica para se chegar aos resultados esperados foi a de pesquisa bibliográfica.

A pesquisa bibliográfica pode ser entendida como aquela elaborada com base em materiais já publicados, por meios escritos e/ou eletrônicos, como livros e artigos científicos (GIL, 2010, p. 29). Ainda, esse tipo de pesquisa permite que se conheça o que já se estudou sobre o assunto, procurando-se por referências teóricas de modo a recolher informações sobre o problema ao qual se procura a resposta (FONSECA, 2002).

Para a realização deste artigo, foi realizado um levantamento bibliográfico de artigos científicos indexados na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI). A BRAPCI indexa artigos publicados em 57 periódicos nacionais, acadêmicos e profissionais, publicados desde 1972. Além disso, a base conta com os trabalhos completos publicados no Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB) nos anos de 2017 e 2018 (BUFREM *et al.*, 2010).

Visando mensurar a produção científica acerca do assunto, foi utilizada uma abordagem quantitativa, a qual, segundo Fonseca (2002), tem como premissa a objetividade e descreve numericamente as causas de fenômeno, ou fenômeno em si. Gerhardt e Silveira (2009, p. 33) descrevem a pesquisa quantitativa como aquela que tem “[...] suas raízes no pensamento positivista lógico, tende a enfatizar o raciocínio dedutivo, as regras da lógica e os atributos mensuráveis da experiência humana”. Para averiguar

quantitativamente a referida produção científica, definiu-se como palavras-chave os termos “memória” e “Ditadura Militar”, utilizados conjuntamente nos formatos de busca possibilitados pela BRAPCI. De modo a quantificar somente os artigos que trazem os assuntos com efetiva relação entre si, foram analisados e avaliados os títulos e resumos das produções encontradas.

Quanto aos objetivos desta pesquisa, estes são definidos como descritivos, pois, segundo Gray (2012, p. 180), “[...] visam avaliar as características de uma determinada população, em um determinado momento ou comparativamente, ao longo do tempo”. Diante disso, as pesquisas foram delimitadas em um período referente a dez anos (2009 a 2019). Ainda segundo Gray (2012), as constatações obtidas a partir desse procedimento podem servir como incentivo para mudanças em ações sociais, sendo isto uma das premissas da referida pesquisa.

3 MEMÓRIA E HISTÓRIA: DEFINIÇÕES E APROXIMAÇÕES COM A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Segundo Monteiro, Carelli e Pickler (2009), as informações geradas no passado, desde que preservadas com fidedignidade, podem servir para a geração de conhecimentos presentes e futuros. Desse modo, entende-se que a memória possui relação direta com as tecnologias da informação e comunicação.

Em relação à memória, deve-se entender que esta não representa a totalidade do que se vivenciou no passado, mas sim um reflexo da história ou formas de representar o modo vivido pelas sociedades e indivíduos. Para que se compreenda a definição de memória, considera-se necessária a distinção entre ela e o conceito de história. No entanto, vale ressaltar que não há um consenso entre os autores que tratam desta temática, o que gera, muitas vezes, ambiguidades.

Pierre Nora (1993) apresenta definições para história e memória, de modo a estabelecer as diferenças e relações entre ambas.

A história é reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente, a história uma representação do passado. [...] A memória emerge de um grupo que ela une, [...] ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. (NORA, 1993, p. 9).

O que se observa, então, é que, embora memória e história apresentem aspectos que as diferem, estas não devem ser vistas como contrárias, ou opostas. Le Goff (2003) define que é a partir da memória coletiva que a história é criada. Já a memória, diferentemente disso, não é construída intencionalmente, e sim recuperada de elementos da ação humana. Segundo Ricouer (2007), a memória dá significado ao que aconteceu antes que isso seja estruturado e convertido em história.

Deve-se entender também a memória como um evento coletivo – construído de forma coletiva –, no qual a memória individual é partilhada, o que torna o indivíduo parte de um grupo, e é essa memória que assegura o seu sentimento de identidade (POLLAK, 1992). Desse modo, diante das definições de memória apresentadas, o que se depreende é que, a partir das memórias dos fatos e eventos ocorridos no passado, pode-se, além de se adquirir conhecimentos, criar-se novos hábitos.

A discussão sobre o conceito de Memória e suas aplicações na CI tem sido alvo de constantes pesquisas e, conseqüentemente, produção bibliográfica. Em geral, a bibliografia sobre memória nessa área se pauta nas implicações sociais, políticas e culturais produzidas pelas informações pretéritas. Seus usos, lugares de conservação e custódia e as práticas de preservação são constantemente revisitadas a partir de um viés interdisciplinar com a Filosofia, Sociologia, Antropologia e História. Nesse sentido, a coletânea de Oliveira e Rodrigues (2019) é emblemática, pois reúne autores iberoamericanos que têm refletido sobre essa temática tanto na perspectiva da CI quanto nas aproximações com outras ciências.

De certa forma, as autoras já vêm identificando há algum tempo a potencialidade dessa temática na interface da CI. É o caso da abordagem realizada em Oliveira e Rodrigues (2011 p. 313), na qual destacam a responsabilidade social dessa área na transferência do conhecimento, o que pressupõe o “acesso assíncrono” à informação àqueles que necessitam: “[...] informações geradas no passado, disponibilizadas no presente, permitindo novas utilizações e a construção de novos conhecimentos, agora ou no futuro”. Desse modo, a memória torna-se, então, uma importante temática no âmbito da CI.

Entende-se que a memória apresenta funções sociais também na construção e difusão da informação e do conhecimento, centrando esforços para atender às demandas da sociedade. E, em relação a isso, Oliveira e Rodrigues (2011) questionam como a CI lida

com a necessidade informacional dessa sociedade, visto que todo corpo social está em constante movimento e renovação.

As autoras defendem, então, que:

A sociedade do efêmero, na qual se defrontam questões de ordem ideológica, ética, econômica e tecnológica, parece reforçar a necessidade de tornar explícitas as concepções de memória que permeiam o conhecimento produzido pela Ciência da Informação. (OLIVEIRA; RODRIGUES, 2011, p. 314).

Isso faz com que se conceba a função executada, ou que se deva executar, pela CI na construção social da memória. Nesse sentido, fomentar discussões que, de alguma forma, se relacionem com o conceito ou com o fenômeno da memória e do esquecimento são cruciais para a área. Reflexões como as que a sociedade brasileira vem realizando sobre o direito à memória e à verdade no caso da Ditadura Militar, por exemplo, potencializam esse campo de análise e podem fomentar projetos de ensino, pesquisa e extensão, especialmente nas subáreas Biblioteconomia e Arquivologia.

4 A MEMÓRIA E AS DITADURAS MILITARES: O CASO DO BRASIL

A memória da Ditadura Militar ainda requer muitas discussões políticas. Porém, há também a necessidade de se pensar sobre a preservação e o uso dessa memória e, diante disso, deve-se considerar como se deve preservar e o que, principalmente, deve ser preservado.

Sabe-se que é preciso olhar para o passado e questionar sobre os fatos ocorridos. Ferraz e Scarpelli (2008) afirmam que os arquivos do período ditatorial têm mais dependência individual do que de uma política governamental, e, considerando isso, há que se verificar o real comprometimento de quem o faz e a relevância do que de fato é arquivado. De acordo com os autores,

[...] os marcos que delimitam os territórios da memória são mesmo as pessoas, as relações e os processos de produção de memórias. [...]. A luta por reconhecimento da memória dos atingidos pela Ditadura Militar vai aos poucos promovendo uma mudança na agenda pública e ganhando espaço nas instâncias de poder. Não se trata de eternizar para apagar. Trata-se de contribuir para marcar um lugar em uma ordem que o tempo inteiro deseja excluir ou silenciar essas memórias. Contribui ainda para

ampliar a discussão da problemática patrimonial e para se pensar nos usos e funções do patrimônio. (FERRAZ; SCARPELLI, 2008, p. 8).

Preservar a memória é necessário primeiramente para a superação do trauma causado e que ainda aflige os indivíduos afetados pelo regime ditatorial. Além disso, é preciso discutir como o direito à memória vem contribuindo com o surgimento de ações e políticas para problemas cotidianos.

5 O PASSADO COMO GARANTIDOR DO FUTURO

Conhecer a história e os seus acontecimentos é fator determinante para que se pense e pondere sobre as possibilidades do futuro. E, para que isso seja possível, é imprescindível que se verifique a qualidade e a veracidade das informações.

Ao resenhar importante livro sobre a Ditadura Militar no Brasil², Silva (2011) afirma que a memória é o vínculo com o passado.

Os eventos tendem a perder força na medida em que o tempo passa. Os vínculos das novas gerações com o passado histórico de uma nação fragilizam-se e inclina-se à formalização, através do registro escrito, cinematográfico, etc. A compreensão do real significado dos acontecimentos que marcaram épocas e envolveram seres humanos reais, de carne e osso, tem uma dimensão que vai além do fator racional. É diferente conhecer a história pelos livros, relatos, etc. do reconhecer-se enquanto sujeito atuante no cerne dos fatos transformadores de uma dada época. É muito diferente o “estudar a História” do “fazer a História”. (SILVA, 2011, p. 141).

Com base nisso, considera-se que refletir sobre a memória, promovendo a visibilidade aos indivíduos que a possuem, é fundamental para a reflexão sobre os fatos históricos. E, no caso da Ditadura Militar brasileira, não deve ser diferente. É preciso que a verdade venha à tona a partir de experiências vividas, e não mais de verdades inventadas, convenientes, tendenciosas e distorcidas.

Não é por acaso que todos os governos, ditaduras ou democracias, tentam controlar as mentes através de procedimentos restritivos, seletivos e manipulatórios.

² SANTOS, Cecília Macdowell; TELES, Edson; TELES, Janaína de Almeida. (Org.). **Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores, 2009.

Por outro lado, a democracia favorece a pluralidade e mesmo a competição entre as versões dos fatos propagadas pelos setores interessados. Os fatos não são apenas “fatos puros” e “objetivos”, mas também interpretações motivadas por interesses políticos e ideológicos. Há também o interesse de passar a borracha sobre o passado, de controlá-lo. Não é casual que os herdeiros dos ditadores, e aqueles cujo passado os condenam, se esforcem ao máximo pelo esquecimento. Eles almejam enterrar as lembranças e os fantasmas que, talvez, assombram os seus sonhos – embora teimem em construir argumentos racionais para justificar o injustificável. (SILVA, 2011, p. 141-142).

Na busca pela garantia dos direitos à memória, estabeleceu-se as seguintes comissões: Comissão de Familiares dos Mortos e Desaparecidos (CFMDP), atual Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos (CEMDP) – prevista na Lei nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995, e criada em 18 de dezembro do mesmo ano por meio de Decreto, vinculada ao Ministério dos Direitos Humanos desde 2004 (BRASIL, [2019a]) –, e a Comissão da Anistia – instituída pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, atualmente vinculada ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (BRASIL, [2019b]). No entanto, há que se questionar quem, de fato, tem ou teve seus direitos assegurados e garantidos por elas.

Referente a isso, Gallo (2010) apresenta a seguinte afirmação:

Assim, na busca pela efetivação do direito à memória e à verdade enfrentou-se, e segue-se enfrentando, dois problemas: o primeiro, diz respeito à já referida difusão e aceitação, por parte expressiva da população, de que a Lei nº 6.683 de 1979 estabeleceu uma anistia recíproca tanto a torturadores quanto aos torturados, **situação esta bastante propícia à consolidação de uma política do esquecimento**; e, além deste, o outro entrave, sobretudo à verdade, tem sido a questão relativa à abertura dos arquivos da repressão, cuja ocultação (e até mesmo a destruição) de documentos oficiais faz com que, até hoje, caiba aos familiares dos mortos e desaparecidos políticos obter, nos poucos arquivos que foram abertos, prova documental de que seus irmãos, pais, filhos e / ou cônjuges foram mortos pelo Estado brasileiro. (GALLO, 2010, p.141, grifo nosso).

Diante disso, o que se observa é que Gallo (2010) coloca em questão se existe mesmo a intenção, por parte do governo e dos opressores, de que a verdade seja de fato conhecida e acessada por todos. Embora a memória tenha direitos garantidos, o seu conhecimento nem sempre é compartilhado por todos devido à sua “inconveniência”.

Na tentativa de combater essas questões, a CEMDP e a Comissão da Anistia foram criadas e atuam – desde 1970 – promovendo denúncias de torturas, mortes e

desaparecimentos. O que se pretende com essas comissões é que, a partir da abertura dos arquivos da repressão, identifiquem-se os militantes mortos e se responsabilize os seus executores.

Por um lado, vê-se que existem algumas conquistas que foram obtidas ao longo das últimas duas décadas. Neste sentido, basta lembrar que, após diversos anos de luta, a CFMMDP conseguiu que fosse editada a *Lei dos Mortos e Desaparecidos*, em 1995, e, mais recentemente, que a questão do direito à memória e à verdade fosse melhor tratada com a atuação da Comissão de Anistia e a realização das suas “Caravanas”. Entretanto, a despeito dessas conquistas, o Brasil segue complacente diante das discussões sobre a abertura dos arquivos da repressão e, sobretudo, do julgamento e da punição daqueles que foram responsáveis pela reiterada violação dos direitos humanos ao longo do período ditatorial. Neste cenário, resta evidenciado que, apesar dos avanços obtidos, muitas batalhas ainda necessitam ser travadas até que esse conjunto de direitos seja devidamente protegido e exercido. (GALLO, 2010, p. 143-144).

Outra comissão de grande repercussão formada para tratar de assuntos relativos ao período ditatorial no Brasil diz respeito à Comissão Nacional da Verdade (CNV). A proposta de criação da CNV se deu em 2008, durante a 11^a Conferência Nacional de Direitos Humanos, cujo objetivo era investigar os crimes ocorridos durante o período da Ditadura Militar brasileira (GASPAROTTO; DELLA VECHIA; SILVEIRA, 2012). Porém, a sua criação só se deu com a Lei nº 12.528/2011, sendo instituída em 16 de maio de 2012, com prazo de dois anos para apuração das violações aos direitos humanos que ocorreram no período compreendido entre 1946 e 1988, que também inclui o período ditatorial brasileiro.

Com o intuito de auxiliar nas atividades da CNV, e também motivadas por ela, surgiram comissões estaduais e organizações com iniciativa da sociedade civil que, além de oferecer suporte nos trabalhos desempenhados, buscavam por uma forma de controle e participação popular, promovendo atividades públicas, colhendo depoimentos e informações. Isso facilitou, em alguns aspectos, na apresentação dos resultados ao público em geral (GASPAROTTO; DELLA VECHIA; SILVEIRA, 2012).

A busca por informações e experiências vivenciadas na Ditadura Militar brasileira, a partir da criação dos direitos garantidores da memória e da voz, impulsionou a produção bibliográfica referente ao tema. Segundo Wainberg (2010),

[...] foram necessários 15 anos de relativo silêncio desde o início da redemocratização do país em 1985 para que os autores passassem finalmente a examinar com mais intensidade as experiências traumáticas do passado. O acervo total de artigos, teses, dissertações e livros publicados no Brasil sobre o assunto entre 1971 e 2000 totalizam 1.041 referências, sendo 205 teses de doutorado e dissertações de mestrado realizadas no Brasil e nove no exterior, segundo o banco de dados constituído pelo Grupo de Estudos sobre a Ditadura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (WAINBERG, 2010, p.50).

Ainda de acordo com Wainberg (2010), as produções têm, na sua maioria, caráter militante e testemunhal, visto que a maioria dos autores foram personagens engajados nas causas da Ditadura Militar. Cunha (2008 *apud* WAINBERG, 2010) afirma que, inclusive, a produção ficcional produzida revela uma inconformidade com a realidade vivida no País no período ditatorial.

6 A BIBLIOGRAFIA SOBRE MEMÓRIA E DITADURA BRASILEIRA NA ÁREA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

As buscas realizadas na BRAPCI, em 4 de junho de 2019, recuperaram oito artigos que abrangem os termos “memória” e “Ditadura Militar” no período compreendido entre 2009 e 2019, cujos dados estão dispostos no Quadro 1.

Quadro 1 – Artigos recuperados na BRAPCI.

AUTOR	TÍTULO	ANO	PERIÓDICO
RODRIGUES, G. M.	Legislação de acesso aos arquivos no Brasil: um terreno de disputas políticas pela memória e pela história	2011	Acervo - Revista do Arquivo Nacional
RECH, N. S.; GUTFREIND, C. F.	A memória em construção: a Ditadura Militar em documentários contemporâneos	2011	Em Questão
GREEN, J. N.	"Abaixo a repressão, mais amor e mais tesão": uma memória sobre a ditadura e o movimento de gays e lésbicas de São Paulo na época da abertura	2014	Acervo - Revista do Arquivo Nacional
CIAVATTA, M.	A memória sem medo: sobre o resgate de pessoas e documentos das garras da ditadura	2014	Acervo - Revista do Arquivo Nacional
FONTES, E. J. O.	O dever de memória e a documentação sobre a ditadura civil-militar na Universidade Federal do Pará (UFPA)	2014	Acervo - Revista do Arquivo Nacional

COSTA, A. S. M.; SILVA, M. A. C.; MONTEIRO, C. A. V.	Empresas, ditadura civil militar brasileira e centros de memória e documentação corporativos: um estudo exploratório	2015	Logeion: filosofia da informação
SOUSA, R. P. M.; OLIVEIRA, B. M. J. F.; SOUSA, M. R. F..	Reflexões sobre a regulamentação da Lei de Acesso à Informação no âmbito do poder executivo federal	2016	Revista Analisando em Ciência da Informação
CABRAL, J. R.	Arquivos da repressão: fontes de informação sobre diversidade sexual e de gênero na Ditadura Militar	2017	Archeion Online

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

No aspecto temporal, verificou-se que os artigos foram publicados entre os anos 2011 e 2017, com predominância nos anos 2011 e 2014, conforme quadro 2, a seguir.

Quadro 2 – Anos de publicação.

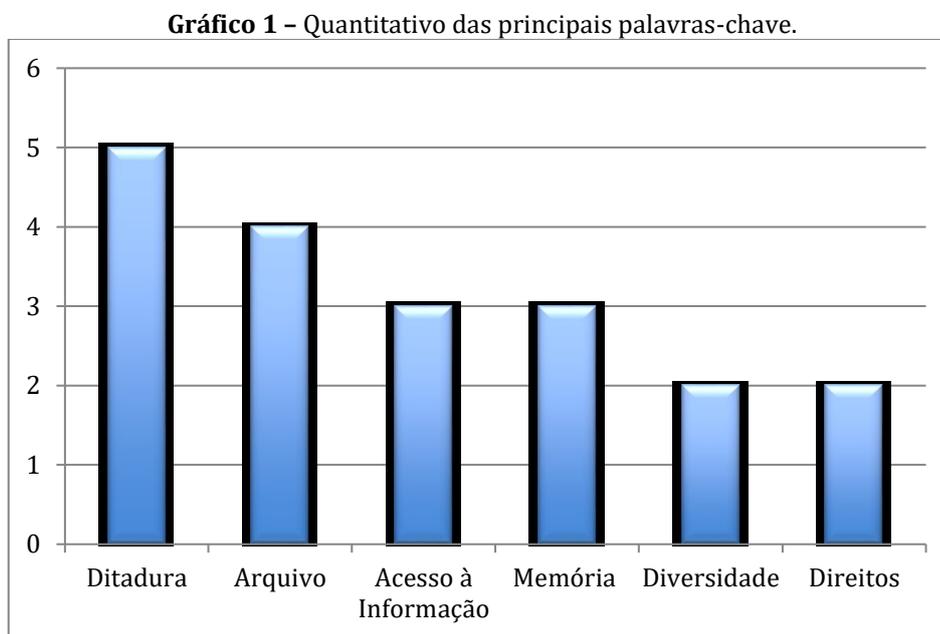
Ano	Publicações
2011	2
2014	3
2015	1
2016	1
2017	1
Total	8

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Como se verifica, o ano de 2014 foi o que apresentou a maior quantidade de produções acerca do tema. Nesse ano, a Ditadura Militar brasileira completava 50 anos, o que fomentou as discussões naquele e nos anos seguintes nas mídias e redes sociais. Além disso, nesse período foram lançados os primeiros resultados da Comissão da Verdade, o que pode explicar esse fomento da produção. Embora o assunto, de extrema importância para a memória social, tenha sido retomado com mais ênfase a partir de então, as publicações referentes a ele e relacionadas com a CI são bastante escassas, considerando-se o *corpus* da pesquisa, visto que a BRAPCI indexa artigos de aproximadamente 80 títulos de periódicos (65 deles brasileiros) específicos da área.

Os artigos recuperados tratam do tema associando-o com assuntos que interferiram, ou ainda interferem, nas questões sociais e no cotidiano, para além de questões propriamente políticas. Essa relação se evidencia na análise das palavras-chave, sendo que os termos mais utilizados - além de “ditadura”, que apresenta cinco ocorrências -, são: “arquivo”, com quatro ocorrências; “memória” e “acesso à informação”, ambos com

três ocorrências; e “diversidade” e “direitos”, com duas ocorrências cada. No gráfico 1 são apresentados os termos considerados de maior relevância e suas ocorrências.



Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Pelo menos uma das três primeiras palavras-chave com maior ocorrência aparece em todos os artigos, de forma simplificada ou associada a outra palavra. Para esta análise e facilitação na demonstração dos dados, expressões que denotem o mesmo significado foram agrupadas, por exemplo: “Ditadura Militar” e “ditadura civil-militar” foram simplificadas à “ditadura”; assim como “arquivo Astrojildo Pereira” e “centros de documentação” foram considerados na terminologia “arquivo”. Essas análises mostram também a potencialidade dos estudos sobre “informação e memória” no escopo das pesquisas sobre Ditadura Militar no Brasil.

Em relação à autoria dos artigos, cinco entre os oito recuperados apresentam apenas um autor, dois deles têm autoria conjunta de três autores e apenas um foi composto por dois autores. No *corpus* da pesquisa, nenhum autor apresentou mais de um artigo, ou seja, não se repete; e a maioria deles está vinculada a instituições do Rio de Janeiro, conforme quadro 3.

Quadro 3 – Instituição vinculada dos autores.

Estado	Autor(es)	Instituição (vínculo) ³
RJ	CIAVATTA, Maria	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
	COSTA, Alessandra de Sá Mello da; SILVA, Marcelo Almeida de Carvalho; MONTEIRO, Carlos Arthur Vieira.	
	RECH, Nathalia Silveira; GUTFREIND, Cristiane Freitas	
	CABRAL, Jacqueline Ribeiro	Universidade Federal Fluminense
SP	RODRIGUES, Georgete Medleg	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PB	SOUSA, Rosilene Paiva Marinho; OLIVEIRA, Bernardina Maria Juvenal Freire; SOUSA, Marckson Roberto Ferreira.	Universidade Federal da Paraíba
PA	FONTES, Edilza Joana Oliveira	Universidade Federal do Pará
IN - EUA	GREEN, James N.	Earlham College

Fonte: Elaborado pelos autores (2019)

Embora haja maior ocorrência de vínculos em instituições do Rio de Janeiro, não há uma correspondência entre estas e as revistas nas quais os artigos foram publicados. No quadro 4 é possível verificar essa distribuição.

Quadro 4 – Relação entre revistas e instituições.

INSTITUIÇÃO (VÍNCULO)	REVISTA DA PUBLICAÇÃO
Earlham College	Acervo - Revista do Arquivo Nacional
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Acervo - Revista do Arquivo Nacional
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	Acervo - Revista do Arquivo Nacional
Universidade Federal do Pará	Acervo - Revista do Arquivo Nacional
Universidade Federal Fluminense	Archeion Online
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	Em Questão
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	Logeion: filosofia da informação
Universidade Federal da Paraíba	Revista Analisando em Ciência da Informação

Fonte: Elaborado pelos autores (2019)

Nota-se que quatro dos oito artigos recuperados têm o mesmo periódico: “Acervo - Revista do Arquivo Nacional”, e o restante apresenta periódicos distintos entre este e entre si. Na análise de ocorrência das revistas, também chamou a atenção o fato de, além

³ O vínculo adotado é o que consta no artigo.

de possuir a maior quantidade de artigos publicados, a maioria destes se referem ao mesmo ano, como pode ser constatado no quadro 5.

Quadro 5 – Revista x Ano de publicação.

Revista	Ano	Qtd.
Em Questão	2011	1
Acervo: Revista do Arquivo Nacional	2014	4
Logeion: Filosofia da Informação	2015	1
Revista analisando em Ciência da Informação	2016	1
Archeion On line	2017	1

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Verifica-se, então, que todos os artigos recuperados do ano de 2014 foram publicados no periódico “Acervo – Revista do Arquivo Nacional”. No referido ano, a revista tinha como eixo “50 anos do golpe: ditadura e transição democrática no Brasil”, o que justifica as produções acerca do tema.

Sobre o referencial teórico, os artigos analisados apresentam, no total, 123 referências, algumas delas com autores que se repetem, mas com obras e anos diferentes, sendo então consideradas como referências distintas. Verificou-se a ocorrência, apenas, de duas das obras consideradas “clássicas” para a área da CI que se repetiram nos artigos: “Memória, esquecimento, silêncio”, de Michael Pollak (1989), com três citações, e “A memória, a história, o esquecimento”, de Paul Ricoeur (2007), com duas citações.

Com base nas análises aplicadas ao *corpus* da pesquisa, o que se observa é a necessidade de, além de mais produções sobre a temática em si, mais aprofundamento nas investigações, obtendo-se dados qualitativos sobre estas.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da apresentação dos conceitos de memória é possível perceber a sua importância na promoção de direitos sociais, e da CI como garantidora destes. A relação entre ambas é, então, promotora da verdade, daquilo que se viveu e do que se quer ou não reviver.

A partir dos resultados obtidos nesta pesquisa bibliográfica, é nítida a carência de produções científicas na área da CI sobre a memória como garantidora de direitos e desta relacionada à Ditadura Militar brasileira. Isso remete a questionamentos sobre como, e se, os profissionais de CI estão cientes do seu poder e dever como provedores e

mantenedores de informação, considerando-se a relevância da temática nos âmbitos político e também social.

No entanto, no que se refere aos objetivos propostos, conclui-se que todos foram cumpridos. Em relação ao objetivo geral do trabalho, a pesquisa na BRAPCI mostrou como a produção científica sobre a temática proposta na área da CI é escassa, demonstrando uma preocupação incipiente dos pesquisadores sobre o assunto, visto que as publicações trazem à tona o tema principalmente no ano em que se comemorava 50 anos do episódio em questão.

Na apresentação do conceito de memória e sua relação com a História e CI, primeiro objetivo específico deste artigo, verificou-se que o conceito de “memória” é polissêmico e, principalmente, interdisciplinar. No que diz respeito à memória e a esta como garantidora de direitos e da verdade no escopo da Ditadura Militar brasileira, segundo objetivo específico desta pesquisa, a partir do referencial teórico apresentado observou-se que é possível retomar temas algumas vezes considerados “inconvenientes” para muitos no intuito de que estes possam colaborar com o presente e o futuro. É o caso das comissões criadas para discutir, proteger ou até penalizar os envolvidos em práticas de violação dos direitos humanos no período ditatorial brasileiro.

Por fim, por meio das pesquisas realizadas para atender ao último objetivo específico deste artigo, estas retornaram apenas oito publicações referentes ao período de dez anos, sendo grande parte delas do mesmo ano (2014) e tendo sido publicadas no mesmo periódico - o qual tinha como linha de pesquisa a comemoração de 50 anos da Ditadura Militar brasileira. Isso demonstra um quantitativo bastante reduzido de publicações que relacionem a temática com a memória.

Sendo assim, os resultados apresentados apontam para uma lacuna de produção bibliográfica consistente sobre a temática na área da CI, no escopo da BRAPCI. Compreende-se, a partir desta constatação, a necessidade de uma pesquisa futura que possa abranger também outras bases de dados, a fim de ampliar as buscas e, conseqüentemente, a recuperação de mais artigos. Além disso, se faz necessária uma análise qualitativa desta produção e um mapeamento de principais assuntos, referencial teórico, metodologias e potencialidades.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos - CEMDP**. [2019a]. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/orgaos-colegiados/cemdp/comissao-especial-sobre-mortos-e-desaparecidos-politicos-cemdp>. Acesso em: 11 ago. 2020.
- BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Comissão da Anistia**. [2019b]. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/comissaodeanistia>. Acesso em: 11 ago. 2020.
- BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **A CNV**. Brasília, 2014. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/institucional-aceso-informacao/a-cnv.html>. Acesso em: 14 jan. 2020.
- BUFREM, L. S. *et al.* Modelizando práticas para a socialização de informações: a construção de saberes no ensino superior. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 15, n. 2, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pci/v15n2/a03v15n2.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2020.
- FERRAZ, J. D. F.; SCARPELLI, C. D. B. **Ditadura militar no Brasil: desafios da memória e do patrimônio**. In: ENCONTRO DE HISTÓRIA DA Anpuh-rio, 13, 2008, Seropédica. Anais... Seropédica: XIII Encontro de História da ANPUH-RIO, 2008. Disponível em: http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212961440_ARQUIVO_TrabalhoCompletoanpuhrij2008.pdf. Acesso em: 11 ago. 2020.
- FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.
- GALLO, C. A. O direito à memória e à verdade no Brasil pós-ditadura civil-militar. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Santa Vitória do Palmar, v. 2, n. 4, dez. 2010. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10406/6752>. Acesso em: 11 ago. 2020.
- GASPAROTTO, A.; DELLA VECHIA, R.; SILVEIRA, M. B. A. A criação da Comissão Nacional da Verdade e a luta por verdade, memória e justiça no Brasil. **Espaço Plural**, Marechal Cândido Rondon, a.XIII, n.27, p.84-95, 2012. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/espacoplural/article/view/8578/6328>. Acesso em 11 ago. 2020.
- GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Orgs.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- GRAY, D. E. **Pesquisa no mundo real**. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2012.
- LE GOFF, J. **História e memória**. 5. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 2003.
- MONTEIRO, S. D.; CARELLI, A. E.; PICKLER, M. E. V. A Ciência da Informação, memória e esquecimento. **DataGramZero**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 6, 2008. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000005249/04389a22ec45e41fd6981a41ddab833f/>. Acesso em: 17 mar. 2017.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101>. Acesso em: 7 jun. 2019.

OLIVEIRA, E. B.; RODRIGUES, G. M. **Memória**: interfaces no campo da informação. Brasília: EdUnB, 2019.

OLIVEIRA, E. B.; RODRIGUES, G.M. O conceito de memória na Ciência da Informação: análise das teses e dissertações dos programas de pós-graduação no Brasil. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v.7, n.1, p.311-328, mar. 2011. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3302/2918>. Acesso em: 11 ago. 2020.

ORWELL, G. 1984. 12. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>. Acesso em: 11 ago. 2020.

PRADO, E. **Fastos da Ditadura Militar no Brasil**. São Paulo: M. Fontes, 2003.

RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2007.

SILVA, A. O. Contra o esquecimento! **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, ano X, n. 117, p.141-144, fev. 2011. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/12437/6553>. Acesso em: 11 ago. 2020.

SOARES, G. A. D.; D'ARAUJO, M. C (Orgs.). **21 anos de regime militar**: balanços e perspectivas. Rio de Janeiro: FGV, 1994.

VALLE, M. R. (Org.). **1964-2014**: Golpe Militar, História, Memória e Direitos Humanos. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

WAINBERG, J. A. O embate pelo controle da memória traumática brasileira. **Intexto**, Porto Alegre, v. 2, n. 23, p. 50-68, jul./dez. 2010.

Recebido em: 14 de janeiro de 2020
Aprovado em: 26 de agosto de 2020
Publicado em: 19 de setembro de 2020